

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

SÃO PAULO / SP

***Demonstrações Contábeis Consolidadas
Encerradas em 31 de Dezembro de 2018***



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Construtora Lix da Cunha S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem submeter a V.Sas., o Relatório da Administração acompanhado das Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.018, e de comentários que julga oportuno fazer sobre os negócios da Sociedade.

1 – ANÁLISE DO DESEMPENHO 2018

Como amplamente noticiado anteriormente, em decorrência da falta de disponibilidade financeira que sustentasse minimamente o capital de giro necessário para possibilitar a execução das obras, o Conselho de Administração deliberou em 04/10/2016 pela paralisação das operações da Companhia, devendo a administração concentrar todos os seus esforços na recuperação dos créditos decorrentes dos calotes que tomou nos diversos contratos de obras públicas que executou.

Não obstante, a Companhia apurou lucro de R\$ 2.754 mil, decorrente da atualização de seus créditos, o que não significou disponibilização financeira por se tratar de mero lançamento contábil que se realizará quando do efetivo recebimento dos créditos. Deve ser ressaltado que referido lucro deverá ser absorvido pelos prejuízos acumulados.

A propósito, mais uma vez deve ser registrada a indignação e perplexidade com que se assiste as revelações do verdadeiro assalto promovido aos cofres públicos, e às empresas controladas pelo Estado, como a Dersa, devedora em cinco processos judiciais movidos pela Companhia, todos com trânsito em julgado há pelo menos dois anos, cujo montante total supera R\$ 600 milhões, com seus principais executivos nomeados pelo Governador da época presos, tendo sido descoberto valores depositados em contas no exterior, além de R\$ 100 milhões guardados em espécie.

E, enquanto a Companhia padece por absoluta falta de disponibilidade financeira, nem mesmo para quitar as rescisões trabalhistas dos seus funcionários que trabalharam 20, 30 anos e que tiveram que ser demitidos quando da paralisação operacional da empresa, toma-se conhecimento que o Diretor da Dersa colocava o dinheiro desviado para tomar sol na varanda, pois estava “mofando”.

E a Companhia teve que passar o ano inteiro de 2018 travando batalhas jurídicas, em todas as instâncias, para demonstrar o óbvio – sendo empresa de economia mista, ou mesmo tendo se transformado em empresa pública, a execução deve seguir o rito comum e não pelo artigo 100 da Constituição Federal, como pretende a Dersa, apenas para que o pagamento se dê através de precatório!!!

É muita desfaçatez e injustiça!!!

A Companhia ainda acredita que o Poder Judiciário haverá de fazer justiça e permitir que sejam utilizados os valores depositados em alguns processos para quitar os débitos trabalhistas, além de punir a Dersa pela evidente má fé com que atua, pois, a pretexto de

exercer direito de defesa, posterga o pagamento de obra realizada há mais de 20 anos, que serviu para valorizar o ativo do Estado, que arrecadou não só o valor inicial da outorga, mas durante todo o período da concessão, tendo sido incapaz de quitar os débitos relacionados às rodovias objeto das concessões.

O fato é que esta postura de postergar “*ad eternum*” o cumprimento das decisões, aliado ao ainda lento trâmite processual decorrente do volume de litígios que sobrecarrega a máquina judiciária e do infindável número de recursos existentes em nosso sistema processual, mesmo após a reforma do Código de Processo Civil, fez com que a Companhia não atingisse a meta de recebimento de parte dos créditos que possibilitasse o pagamento dos débitos trabalhistas, notadamente as verbas rescisórias não pagas.

Ainda assim, a Companhia conseguiu atingir duas das três metas definidas para o exercício de 2018: (i) manteve em dia o pagamento da equipe mínima que administra o ativo e passivo e dá cumprimento às obrigações legais da empresa, e (ii) contratou a auditoria independente, mediante cessão de créditos, para realização da revisão das demonstrações financeiras dos exercícios de 2016 e 2017, já divulgadas ao mercado.

Aliás, a Companhia acatou, já nas demonstrações deste exercício de 2018, várias recomendações da nova Auditoria Independente, de forma a aprimorar seus controles internos e a forma de apresentação das notas explicativas.

Resta, agora, publicar os balanços e realizar as AGOs para deliberação dos acionistas sobre as contas dos exercícios de 2016 e 2017, sendo que a Companhia pretende efetuar a publicação conjunta com as demonstrações de 2018, em quatro colunas, como autorizado pela CVM, e realizar a AGO, em que serão apreciadas e deliberadas as contas de todos os exercícios (2016, 2017 e 2018), de forma a economizar e, ao mesmo tempo, regularizar as obrigações societárias. Para tanto, a Companhia está em busca de recursos financeiros que viabilize tal providência.

2 – SOBRE A ABSTENÇÃO DE PARECER DA AUDITORIA

A Auditoria Independente havia apresentado abstenção de parecer nos exercícios de 2016 e 2017, sob o fundamento de limitação de acesso aos saldos iniciais, eis que não foi disponibilizado os papéis de trabalho da auditoria anterior que permitissem validar os saldos de 31.12.2015.

Foi acordado que para fins de regularização do balanço de 2018, seria auditado os saldos iniciais, possibilitando, assim, a emissão de um parecer, o que foi feito, tendo a empresa disponibilizado todas as informações para que fosse certificada a correção dos saldos iniciais.

Entretanto, houve inconciliável divergência da companhia e da auditoria, no que se refere aos créditos do Fator de Atualização Financeira - FAF, entendendo a auditoria que os mesmos deveriam ser baixados, com o que a companhia não pode concordar.

Este crédito está contabilizado desde os idos de 1995, com base em expresse reconhecimento de dívida emitido pelo Ministério da Educação, que, inclusive, à época

chegou a pagar o débito de um dos contratos dos CAICs, tendo, posteriormente, revisto ato jurídico perfeito e acabado.

O crédito foi reconhecido judicialmente, conforme decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal, proferida em 06.12.2017, aguardando, no momento, julgamento de agravo interno e agravo contra despacho denegatório de Recurso Especial.

O entendimento da Auditoria é o de que, não tendo ocorrido o trânsito em julgado, este crédito deve ser provisionado para perda, com reflexos nas empresas Lix Construções, que foi constituída com a integralização deste crédito, e da Lix Incorporações e Construções, que teve seu capital aumentado também com integralização deste crédito.

A companhia, baseada em parecer do contador responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e do advogado da causa, Dr. Arnaldo Wald Filho, que considera o crédito provável, entende que não há justificativa para a baixa do referido crédito, até porque a norma contábil (CPC 25), prevê a contabilização de crédito “*quando a realização do ganho é praticamente certa*”, como no presente caso, não constando da referida norma a previsão de que tenha que haver trânsito em julgado, como entende a Auditoria.

Já não bastasse, todas as Auditorias Independentes, abaixo relacionadas, que auditaram os balanços, desde o lançamento contábil do crédito, emitiram parecer, sem ressalva ou ênfase quanto ao crédito do FAF, a saber:

- Arthur Andersen S/C – quando o crédito foi contabilizado (1995 e 1996)
- Ernest & Young Auditores Independentes S/C (1997 e 1998)
- Assessora Assessores e Auditores S/C (1999 a 2003)
- Simionato Auditores Independentes S/C (2004 e 2005)
- MGI Senger Wagner Auditores Independentes (2006 a 2009)
- Assessora Assessores e Auditores S/C (2010 a 2014)
- Audit Brasil Auditores Independentes S/S (2015)

Com relação à continuidade das operações, como esclarecido para a auditoria, basta o recebimento de parte dos créditos que a empresa detém para que a operação da companhia volte a ser viável. Aliás, esta avaliação cabe à administração e não à auditoria.

3 - PERSPECTIVAS PARA 2.019

O principal objetivo da Companhia neste exercício de 2019 continuará sendo o de obter recursos financeiros para formar um caixa que lhe permita (i) fazer uma reserva para pagamento das despesas fixas mensais viabilizando a manutenção da equipe mínima atual que administra o ativo e passivo e dá cumprimento às obrigações legais da empresa; (ii) regularizar as obrigações societárias, notadamente a publicação das demonstrações financeiras dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, para realização da AGO visando a deliberação dos acionistas sobre tais contas; e, (iii) quitar processos trabalhistas, especialmente os que cobram verbas rescisórias não pagas.

Para tanto, a Companhia espera receber os créditos objeto das condenações judiciais da Dersa ou viabilizar uma operação financeira que lhe garanta passar por esse período de transição, uma vez que os recebimentos via judicial tem se mostrado mais demorado do que o necessário.

Com relação a outros processos que aguardam o trânsito em julgado, a Companhia contratou reforços visando agilizar o julgamento nas instâncias superiores, para que possa ser dado início à fase de cumprimento de sentença.

A Administração da empresa continuará totalmente empenhada em cumprir suas obrigações societárias e pagar seus débitos, especialmente dos seus funcionários que durante anos estiveram ao seu lado, construindo obras de qualidade.

Também permanece o planejamento de utilizar parte dos créditos dos processos movidos contra a União para recuperação das perdas sofridas nos contratos dos CAICs, estimadas em R\$ 875 milhões, para quitar o passivo fiscal e demais débitos da Companhia, após o que, será recomposto o patrimônio dos acionistas.

4 - MENSAGEM FINAL

Agradecemos a todos aqueles que durante o ano de 2018, foram valentes e nos ajudaram a enfrentar esta guerra, com perseverança, empenho, dedicação e paciência, principalmente nossos colaboradores e parceiros. Uma menção especial aos nossos funcionários e ex-funcionários que, dentre todos os credores, são os que mais nos apoiam e confiam na superação deste momento difícil.

Para todos, ressaltamos algumas palavras do nosso fundador, Engº Lix da Cunha: *“A vida é uma luta constante. Sempre vence aquele que acredita no sucesso. Sempre vence aquele que não esmorece. Aquele que trabalha com amor.”* Venceremos!!

4 - DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras ora apresentadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DD Diretoria e aos acionistas da
CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A
Campinas - SP

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como controladora e consolidado, da Construtora Lix da Cunha S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como controladora e consolidado, da **Construtora Lix da Cunha S.A.** ("Companhia") e suas controladas, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Contas a Receber

Conforme nota explicativa 6 "Contas a Receber de Clientes" em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía o saldo de R\$ 282.339 mil, sendo R\$ 181.870 mil referente ao processo com o Ministério da Educação (CAICS). Considerando que em 2018 o mérito do processo não transitou em julgado, a Companhia tem que avaliar a realização do ativo e constituir provisão do valor correspondente. Não foi possível concluirmos sobre a adequação dos saldos apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018.

Investimentos

Conforme nota explicativa 10 "Investimentos" em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía o saldo de R\$ 64.915 mil, sendo R\$ 2.962 mil referente a reavaliação de investimentos realizado em anos anteriores, este valor a Companhia não apresentou evidências para suportar o respectivo montante registrado, conseqüentemente afetando as demonstrações do balanço patrimonial, de resultado, dos fluxos de Caixa da controladora e das mutações do patrimônio líquido.

Relatório da Administração

A Construtora Lix da Cunha S.A. ("Companhia") apresentou o relatório da administração não concordando com a emissão do nosso Relatório. Em conexão com a auditoria das

demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Como descrito nos itens anteriores, a companhia deveria ter observado a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 (R2) no que tange ao reconhecimento dos seus ativos.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 "Contexto Operacional" que menciona que a Companhia está com as atividades paralisadas, contando apenas com as atividades administrativas e financeiras. Esses eventos ou condições, juntamente com os recorrentes prejuízos da Companhia, indicam existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Ênfase

Apresentação das Demonstrações Contábeis

Conforme informado pela Construtora Lix da Cunha S.A. ("Companhia"), a Comissão de Valores Mobiliários - CVM autorizou a divulgação da apresentação das demonstrações contábeis de 2018 em 4 colunas (2015, 2016 e 2017) no ano de 2018.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como controladora e consolidado da Construtora Lix da Cunha S.A. referentes ao exercício de 2017 foram por nós auditadas, cujo relatório emitido em 28 de dezembro de 2018 com abstenção de opinião, sobre a Limitação de acesso aos saldos iniciais, Impossibilidade de conclusão sobre os saldos de Provisão para contingências fiscais e cíveis, Divergência na apresentação das Demonstrações Contábeis, Ausência de evidência, apresentação sobre o Contas a Receber e ausência de análise ao valor de realização, Inadequada apresentação das informações dos Passivos Contingentes e Incerteza quanto à continuidade operacional.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa, realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 10 de Julho de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/0-2
Sócio Responsável Técnico
Responsável Técnico

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2015

ATIVO
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
CIRCULANTE		14.938	14.807	15.391	14.787	18.519	22.440	24.800	24.238
Caixa e equivalentes de caixa	4	0	0	0	0	12	107	113	152
Contas a receber de clientes	5	0	93	105	93	167	3.101	2.789	2.565
Estoques	6	0	0	0	0	0	0	741	341
Tributos a recuperar	7	14.938	14.714	14.376	13.909	18.175	18.470	18.061	17.497
Empréstimos, retenções e outros	8	0	0	0	0	0	129	0	151
Outras contas a receber	-	0	0	910	785	165	633	3.096	3.532
NÃO CIRCULANTE		378.201	364.484	365.738	364.367	298.346	277.678	271.596	263.250
Realizável a Longo Prazo		313.018	291.580	283.937	274.477	297.612	276.618	269.199	260.397
Contas a receber de clientes	5	282.339	266.570	259.176	251.239	288.007	271.360	263.741	255.136
Partes relacionadas	9	21.398	21.335	21.178	19.813	0	0	256	256
Empréstimos, retenções e outros	8	9.281	3.675	3.583	3.425	9.605	5.258	5.202	5.005
Investimentos	10	64.915	72.636	81.533	89.622	47	337	340	340
Imobilizado	11	268	268	268	268	687	723	2.057	2.513
TOTAL DO ATIVO		393.139	379.291	381.129	379.154	316.865	300.118	296.396	287.488

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2015PASSIVO
(em milhares de reais)

		Controladora				Consolidado			
		2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
CIRCULANTE		224.343	226.794	217.076	205.229	32.859	41.455	37.908	27.987
Fornecedores	15	2.259	9.388	3.855	1.512	4.209	13.831	10.932	7.678
Empréstimos e financiamentos	13	0	0	0	0	3.521	2.129	2.083	2.049
Obrigações trabalhistas	14/a	4.744	4.089	2.937	2.398	12.104	11.674	11.388	10.019
Obrigações tributárias	14/b	867	726	595	423	2.470	4.263	3.846	3.133
Partes relacionadas	9	160.237	159.343	159.402	158.628	1.695	1.090	1.286	1.454
Contas a pagar	-	130	0	12	12	2.547	2.389	2.416	3.260
Provisões para perdas em investimentos	10	49.793	47.169	44.318	41.862	0	0	0	0
Dividendos a pagar	-	6.313	6.079	5.957	394	6.313	6.079	5.957	394
NÃO CIRCULANTE		164.683	151.138	140.918	129.934	285.404	262.457	240.105	219.988
Exigível a longo prazo		164.683	151.138	140.918	129.934	285.404	262.457	240.105	219.988
Empréstimos e financiamentos	13	0	0	0	0	0	124	114	114
Tributos Parcelados	-	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões para contingências fiscais e cíveis	14/c	164.683	151.138	140.918	129.934	285.404	262.333	239.991	219.874
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.113	1.359	23.135	43.991	(1.398)	(3.794)	18.383	39.513
Capital social	-	48.680	48.680	48.680	48.680	48.680	48.680	48.680	48.680
Reserva de reavaliação	-	236	686	1.137	1.588	236	686	1.137	1.588
Reserva legal	-	1.193	1.193	1.193	1.193	1.193	1.193	1.193	1.193
Reserva de investimento	-	3.871	3.871	3.871	5.647	3.871	3.871	3.871	5.647
Reserva especial	-	0	0	0	1.359	0	0	0	1.359
Participação dos não controladores	-	0	0	0	0	(5.511)	(5.152)	(4.752)	(4.478)
Resultados acumulados	-	(49.867)	(53.071)	(31.746)	(14.476)	(49.867)	(53.072)	(31.746)	(14.476)
TOTAL PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		393.139	379.291	381.129	379.154	316.865	300.118	296.396	287.488

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2015

(em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0	0	11	62	447	53	293	6.005
CUSTOS OPERACIONAIS	0	0	0	(111)	(7)	(12)	(617)	(4.925)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	0	0	11	(49)	440	41	(324)	1.080
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	2.754	(21.776)	(17.731)	(9.450)	1.955	(22.218)	(17.670)	(11.154)
Despesas gerais e administrativas	(260)	(678)	(566)	(507)	(791)	(1.318)	(2.177)	(3.116)
Honorários da administração	(722)	(674)	(505)	(518)	(1.255)	(1.063)	(927)	(916)
Contingências trabalhistas	(299)	707	(3.014)	(293)	(1.520)	(965)	(3.549)	(773)
Tributárias diversas	(250)	0	(1)	(7)	(254)	(5)	(13)	(38)
Depreciação e amortização	0	0	0	0	(12)	(219)	(200)	(375)
Despesas financeiras	(1.103)	(517)	(5.081)	(4.268)	(7.030)	(2.652)	(10.186)	(8.697)
Receitas financeiras	21.669	9.587	11.270	10.452	21.031	10.002	11.946	11.118
Provisão p/ contingências Cíveis e Fiscais	(5.834)	(17.103)	(5.438)	(3.979)	(5.997)	(24.396)	(11.113)	(6.512)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(356)	(1.350)	(1.367)	(1.510)	(2.187)	(1.416)	(1.487)	(1.629)
Outras receitas / (despesas) operacionais	13	0	(2.485)		(30)	(186)	36	(216)
Resultado da avaliação de investimentos	(7.480)	(8.897)	(8.089)	(4.688)	0	0	0	0
Provisão para perdas em investimentos	(2.624)	(2.851)	(2.455)	(4.132)	0	0	0	0
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS MINORITÁRIOS	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)	2.395	(22.177)	(17.994)	(10.074)
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	0	0	0	0	359	401	274	575
LUCRO OPERACIONAL	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)
- Lucro líquido por ação (R\$)	0,2296	-1,8157	-1,4775	-0,7920	0,2296	-1,8157	-1,4775	-0,7920

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO DE 01/JANEIRO/2015 a 31/DEZEMBRO/2018

(em milhares de reais)

Conta Especificações	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	PL Atribuído aos controladores	Participação de Não Controladores	TOTAL	Resultado Abrangente
			Reserva Legal	Reserva de Investimento	Reserva Especial para Pagamento Dividendos					
Saldos em 01 de Janeiro de 2015		2.039	1.193	5.647	1.359	(5.428)	53.490	(3.903)	49.587	
Realização da reserva de reavaliação	0	(452)	0	0	0	452			0	
Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	0	(9.499)	(9.499)	(575)	(10.074)	(10.074)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	48.680	1.587	1.193	5.647	1.359	(14.475)	43.991	(4.478)	39.513	
Resultados Abrangentes										
Atribuído aos Controladores										(9.499)
Atribuído aos não Controladores										(575)
Saldos em 01 de Janeiro de 2016	48.680	1.587	1.193	5.647	1.359	(14.475)	43.991	(4.478)	39.513	
Realização da reserva de reavaliação	0	(452)	0	0	0	452			0	
Dividendos de exercícios anteriores				(1.776)	(1.359)		(3.135)		(3.135)	
Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	0	(17.720)	(17.720)	(274)	(17.994)	(17.994)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	48.680	1.135	1.193	3.871	0	(31.743)	23.136	(4.752)	18.384	
Resultados Abrangentes										
Atribuído aos Controladores										(17.720)
Atribuído aos não Controladores										(274)
Saldos em 01 de Janeiro de 2017	48.680	1.135	1.193	3.871	0	(31.743)	23.136	(4.752)	18.384	
Realização da reserva de reavaliação	0	(452)	0	0	0	452			0	
Dividendos de exercícios anteriores					0		0		0	
Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	0	(21.776)	(21.776)	(401)	(22.177)	(22.177)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	48.680	683	1.193	3.871	0	(53.067)	1.360	(5.153)	(3.793)	
Resultados Abrangentes										
Atribuído aos Controladores										(21.776)
Atribuído aos não Controladores										(401)
Saldos em 01 de Janeiro de 2018	48.680	683	1.193	3.871	0	(53.067)	1.360	(5.153)	(3.793)	
Realização da reserva de reavaliação	0	(452)	0	0	0	452			0	
Dividendos de exercícios anteriores				0	0		0		0	
Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	0	2.754	2.754	(359)	2.395	2.395
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	48.680	231	1.193	3.871	0	(49.861)	4.114	(5.512)	(1.398)	
Resultados Abrangentes										
Atribuído aos Controladores										2.754
Atribuído aos não Controladores										(359)
TOTAL	48.680	231	1.193	3.871	0	(49.861)	4.114	(5.512)	(1.398)	

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018 e 2015

(em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Prejuízo Líquido do Exercício	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais								
Reflexo de participação dos minoritários	0	0	0	0	(359)	(401)	(274)	(575)
Depreciação e amortização	0	0	0	0	12	219	200	375
Custo da baixa de bens imobilizado	0	0	0	0	24	1.118	0	1.252
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	10.104	11.748	10.544	8.820	0	0	0	0
Baixa de Outros Investimentos	241	0	0	0	291			
Juros sobre financiamentos	0	0	0	0	538	649	957	899
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais								
Contas a receber de clientes	(15.676)	(7.382)	(7.949)	(8.355)	(13.713)	(7.931)	(8.827)	(9.603)
Estoques	0	0	0	0	0	741	(400)	0
Tributos a recuperar	(224)	(338)	(467)	(436)	295	(409)	(564)	(532)
Empréstimos, retenções e outros	(5.606)	(92)	(158)	(45)	(4.218)	(185)	207	(77)
Outras contas a receber	0	910	(125)	(161)	468	2.463	436	(1.754)
Partes relacionadas (direitos)	(63)	(157)	(1.365)	(464)	0	256	0	(256)
Fornecedores	(7.129)	5.533	2.343	(25.599)	(9.622)	2.899	3.254	(24.978)
Obrigações trabalhistas	655	1.152	539	(21.389)	430	286	1.369	(47.567)
Obrigações tributárias	141	131	172	(49.660)	(1.793)	417	713	(74.787)
Partes relacionadas (obrigações)	894	(59)	774	1.078	605	(196)	(168)	755
Contas a pagar	130	(12)	0	0	158	(27)	(844)	216
Provisão para contingências fiscais	13.545	10.220	10.984	105.677	23.071	22.342	20.117	172.735
Dividendos a pagar	234	122	5.563		234	122	5.563	
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	0	0	3.135	(33)	(825)	587	4.019	6.604
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO								
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	0
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO								
Dividendos	-	-	(3.135)	33	-	-	(3.135)	33
Captação de empréstimos	0	0	0	0	730	(593)	(923)	(6.739)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0	0	(3.135)	33	730	(593)	(4.058)	(6.706)
VARIAÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES	0	0	0	0	(95)	(6)	(39)	(102)
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	0	0	(95)	(6)	(39)	(102)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018 e 2015
(em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
1) GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(343)	(1.350)	(3.841)	(1.444)	(1.753)	(1.547)	(1.146)	4.607
Receitas de vendas de produtos, mercadorias, serviços e outras	0	0	11	66	464	55	305	6.452
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(356)	(1.350)	(1.367)	(1.510)	(2.187)	(1.416)	(1.487)	(1.629)
Outros resultados operacionais	13	0	(2.485)	0	(30)	(186)	36	(216)
2) (-) INSUMOS	0	0	0	(111)	(7)	(12)	(617)	(4.925)
Outros custos	0	0	0	(111)	(7)	(12)	(617)	(4.925)
3) VALOR ADICIONADO (1-2)	(343)	(1.350)	(3.841)	(1.555)	(1.760)	(1.559)	(1.763)	(318)
4) RETENÇÕES	0	0	0	0	(12)	(219)	(200)	(375)
Depreciação e amortização	0	0	0	0	(12)	(219)	(200)	(375)
5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3-4)	(343)	(1.350)	(3.841)	(1.555)	(1.772)	(1.778)	(1.963)	(693)
6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.565	(2.161)	726	1.632	21.031	10.002	11.946	11.118
Resultado da equivalência patrimonial	(10.104)	(11.748)	(10.544)	(8.820)	0	0	0	0
Receitas financeiras	21.669	9.587	11.270	10.452	21.031	10.002	11.946	11.118
7) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	11.222	(3.511)	(3.115)	77	19.259	8.224	9.983	10.425
8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
<u>Do trabalho</u>	802	126	4.084	853	2.951	2.790	6.612	4.672
Remunerações	20	44	154	132	88	330	504	1.167
Encargos sociais (exceto INSS)	4	3	33	17	38	320	439	415
Outros custos	778	79	3.897	704	2.825	2.140	5.669	3.090
<u>Do governo</u>	248	510	2	24	397	545	57	612
INSS	(2)	510	0	13	126	538	33	126
PIS e COFINS	0	0	1	4	17	2	11	448
Outros encargos	250	0	1	7	254	5	13	38
<u>Do capital de terceiros</u>	6.967	17.629	10.519	8.247	13.064	27.065	21.308	15.215
Despesas financeiras	241	0	0	0	512	1.731	3.626	672
Variações monetárias	862	517	5.081	4.268	6.518	921	6.560	8.024
Aluguéis	30	9		0	37	17	9	7
Contingências	5.834	17.103	5.438	3.979	5.997	24.396	11.113	6.512
<u>Do capital próprio</u>	3.205	(21.776)	(17.720)	(9.047)	2.847	(22.176)	(17.994)	(10.074)
Participação de Minoritário	0	0	0	0	(358)	(400)	(274)	(575)
Realização de reservas	451	0	0	452	451	0	0	0
Lucros / (Prejuízos) retidos	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)	2.754	(21.776)	(17.720)	(9.499)
TOTAL	11.222	(3.511)	(3.115)	77	19.259	8.224	9.983	10.425

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****** Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma ******1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Construtora Lix da Cunha S.A. e suas controladas têm por principal objeto social, o desenvolvimento de atividades relacionadas à área de construção civil, dedicando-se particularmente aos segmentos da construção pesada, terraplenagem e empreendimentos. Atualmente a Companhia esta com as atividades operacionais paralisadas, contando apenas com as atividades administrativas e financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de julho de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**2.1 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis apresentadas (controlada e consolidado) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**a) Caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa perfazem todos os saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no seu valor.

b) Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidas das variações legais quando tais valores estão em discussão judicial, com base em estimativas dos assessores jurídicos da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, descontada do saldo

da rubrica de contas a receber de clientes, foi constituída com base na análise de cada conta a receber em montante considerado suficiente pela Administração e Assessores Jurídicos, para fazer frente a eventuais perdas na sua realização.

e) Tributos a Recuperar: Referem-se a valores de Funrural, Finsocial e Outros, sobre os quais a empresa já vem tomando medidas administrativas para compensá-los com outros tributos, de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

f) Investimentos: Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustados por provisões para perdas quando for o caso. Os demais investimentos permanentes estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de Dezembro de 1995 quando anteriores a essa data, de acordo com a Lei n.º 9.249/95.

g) Imobilizado: Apresentados aos custos de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando incorridas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada (exceto terrenos).

h) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas.

Softwares (Licenças de uso e desenvolvimento) - A Companhia possui softwares, licenças adquiridas e desenvolvimento de sistemas, os quais são amortizados com vida útil média de 5 anos, conforme avaliação realizada junto aos fabricantes dos mesmos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

i) Fornecedores e contas a pagar: As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes: Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível e provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros. Perante decisão judicial preliminar a Companhia poderá realizar depósitos judiciais que compõem parte do pleito no polo passivo a qual está sujeita, os quais são deduzidos do total de contingências previstas na ação em andamento e são apresentadas em nota explicativa.

k) Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo e Outros Direitos: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos financeiros e as variações monetárias auferidas. Os valores disponíveis, os direitos realizáveis e os demais direitos quando indexadas por índices internos de variação de preços ou variação cambial, estão atualizados monetariamente com base nos respectivos indexadores contratados ou nas taxas de câmbio comercial, vigentes na data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

l) Empréstimos e Financiamentos: Atualizados monetariamente até a data do balanço pelas variações cambiais e monetárias e pelos encargos financeiros incorridos, em conformidade com as cláusulas dos contratos firmados pela Companhia.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia possui prejuízos fiscais e receitas provenientes de órgãos públicos diferidas para fins fiscais, que julga suficientes para absorver os lucros apurados e manter bases de cálculo negativa para fins de Contribuição Social e Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido.

n) Reserva de Reavaliação: O saldo de reserva de reavaliação procedida em exercícios anteriores, será mantido até a sua realização por meio de depreciação, alienação ou baixa por perda, sendo eliminada a possibilidade de realização espontânea de bens a partir de 2008, conforme as alterações introduzidas na legislação societária brasileira.

o) Ajustes a Valor Presente: A Administração avaliou o CPC 12 e concluiu que os ativos e passivos de longo prazo não são passíveis de ajustes e os efeitos de curto prazo não são relevantes.

p) Avaliação do valor recuperável de ativos: A administração passou a revisar anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

q) Comparabilidade: Durante o exercício de 2018, a Companhia efetuou reclassificações na demonstração dos valores de contas a receber, fornecedores, obrigações trabalhistas e obrigações tributárias, transferindo os valores em litígio para o grupo não circulante, por considerar não ser possível estimar o prazo para realização dos direitos ou exigência das obrigações. Em consequência, referidas reclassificações foram refletidas nas demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2018, visando propiciar a adequada comparabilidade.

r) Lucro por Ação: Calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Construtora Lix da Cunha S.A. e das seguintes controladas diretas e indiretas, conforme nota explicativa n.º 10: (1) Lix Incorporações e Construções Ltda., (2) CBI Construções Ltda., (3) Lix

Empreendimentos e Construções Ltda., (4) Pedralix S.A. Indústria e Comércio, (5) CBI Industrial Ltda., e, (6) Lix Construções Ltda.

As normas e procedimentos contábeis foram aplicados de forma uniforme em todas as empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
Caixas e Bancos	0	0	0	0	12	107	113	152
TOTAL	0	0	0	0	12	107	113	152
Parcela circulante	0	0	0	0	12	107	113	152

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
Faturas a vencer e serviços a faturar	0	93	105	93	167	3.270	2.958	2.735
Créditos vencidos antes de 01/01/2018	295.135	279.353	270.610	261.306	301.912	285.175	276.139	266.047
(-) Provisão para perdas eventuais	(12.796)	(12.783)	(11.434)	(10.067)	(13.905)	(13.984)	(12.567)	(11.081)
TOTAL	282.339	266.663	259.281	251.332	288.174	274.461	266.530	257.701
Parcela circulante	0	93	105	93	167	3.101	2.789	2.565
Parcela não circulante	282.339	266.570	259.176	251.239	288.007	271.360	263.741	255.136

O registro dos valores a receber de clientes, apresentados nas demonstrações contábeis, considerou o seguinte:

- Os valores de créditos a receber vencidos estão relacionados com contratos diretos ou de sub-empregada de obras já executadas, total ou parcialmente, junto a diversos organismos municipais, estaduais e federais, tais como: Prefeituras, Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagem e Governo Federal. Foi feita em todos os exercícios, uma análise criteriosa dos saldos no sentido de identificar ajustes nos valores a receber de clientes em processos judiciais, visando adequar os saldos a expectativa de realização. Os créditos ajustados estão acrescidos de atualização monetária e juros legais, quando for o caso, e em conformidade com os contratos ou aditivos firmados entre as partes.
- O valor total da provisão para perdas (consolidado) registrada em 31 de Dezembro de cada exercício, refere-se a valores constituídos com base nos históricos de descontos concedidos aos clientes e em acordos anteriormente firmados. Referido valor também levou em consideração a possibilidade de perda eventual do total ou parte do valor do crédito. A cada exercício, as estimativas utilizadas na formação do saldo dessa provisão são revisadas pela Administração de forma a adequar o valor da mesma ao cenário atual da carteira de créditos.
- Estão em andamento diversos processos de cobrança judicial relacionadas a clientes (Controladora), que pela fase processual que se encontram nem todos foram registrados contabilmente os quais ainda não têm o trânsito em julgado e, portanto, não foram registrados contabilmente, cujos saldos consolidados e atualizados em 31 de Dezembro, são os seguintes:

ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DAS AÇÕES

AÇÕES NAS ESFERAS:	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Federais	876.760	977.002	882.667	785.930
Estaduais	697.263	640.096	599.841	615.899
Municipais	73.549	80.549	67.095	59.215
Outros	6.963	9.478	10.243	9.146
TOTAL	1.654.635	1.707.125	1.559.846	1.470.190

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A empresa obteve decisão judicial favorável em relação ao processo número 94.050.2409-8, no qual vinha discutindo créditos tributários de Finsocial, e, em 2008, referido crédito foi reconhecido pela Receita Federal do Brasil. Em 25 de Setembro de 2008, a empresa obteve decisão judicial favorável em relação ao processo número 89.0026898-8, no qual vinha discutindo créditos tributários de Funrural, não sendo mais admitidos recursos na decisão em questão.

Considerados como praticamente certos referidos créditos, em conformidade com o que preconiza a Deliberação CVM n.º 489/05, referido crédito foi registrado no ativo circulante, conforme segue:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
FINSOCIAL	10.128	9.983	9.761	9.454	13.365	13.156	12.863	12.458
FUNRURAL	4.810	4.722	4.606	4.446	4.810	4.722	4.606	4.446
Outros Impostos	0	9	9	9	0	592	592	593
TOTAL	14.938	14.714	14.376	13.909	18.175	18.470	18.061	17.497

8. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS, RETENÇÕES E OUTROS

Composição do Saldo:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
- Retenções contratuais	0	0	0	0	0	129	0	151
- Depósitos judiciais	2.138	2.091	2.054	1.971	2.232	3.273	3.273	3.151
- Empréstimos Comp./Outros	1.640	1.584	1.529	1.454	7.373	1.984	1.930	1.855
TOTAL	3.778	3.675	3.583	3.425	9.605	5.386	5.203	5.157
Parcela circulante	-	-	-	-	-	129	0	151
Parcela não circulante	3.778	3.675	3.583	3.425	9.605	5.257	5.203	5.006

9. PARTES RELACIONADAS**a) Controladas**

	DIREITOS				OBRIGAÇÕES			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
- Pedralix S.A. Ind. e Com.	141	141	141	141	11.600	11.450	11.450	11.450
- CBI Construções Ltda.	16.613	16.613	16.613	16.613	0	0	0	0
- CBI Industrial Ltda.	0	0	0	0	217	217	217	217
- Lix Construções Ltda.	3.169	3.106	2.693	1.328	98.660	98.563	98.425	97.658
- Lix Empr. e Constr. Ltda.	574	574	574	574	10.036	10.036	10.036	10.036

- Lix Incorp. e Constr; Ltda.	901	901	901	901	39.077	39.077	39.077	39.077
TOTAL	21.398	21.335	20.922	19.557	159.590	159.343	159.205	158.438
Parcela circulante	-	-	-	-	159.590	159.343	159.205	158.438
Parcela não circulante	21.398	21.335	20.922	19.557	-	-	-	-

As transações com empresas controladas (diretas e indiretas) referem-se a contratos de mútuo sem incidência de juros e atualização monetária.

b) Outras Partes Relacionadas

	CONTROLADORA							
	DIREITOS				OBRIGAÇÕES			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
Oriente Incorp. Imob. Ltda. – Mútuo	0	0	256	256	0	0	0	0
Oriente Incorp. Imob. Ltda. – Mútuo	0	0	0	0	647	0	196	190
TOTAL	0	0	256	256	647	0	196	190
Parcela circulante	-	-	-	-	647	0	196	190
Parcela não circulante	0	0	256	256	-	-	-	-

c) Total Partes Relacionadas (Resumo)

	DIREITOS				OBRIGAÇÕES			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
Controladas	21.398	21.335	20.921	19.557	159.590	159.343	159.205	158.438
Outras Partes Relacionadas	0	0	256	256	647	0	196	190
TOTAL	21.398	21.335	21.178	19.813	160.237	159.343	159.401	158.628
Parcela circulante	-	-	-	-	160.237	159.343	159.401	158.628
Parcela não circulante	21.398	21.335	21.178	19.813	-	-	-	-

A empresa Oriente Incorporações Imobiliárias Ltda., possui em sua administração e no seu quadro societário, com participação no Capital Social de 99,75%, o Sr. Moacir da Cunha Penteado, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração na Construtora Lix da Cunha S.A.. A empresa Oriente Incorporações Imobiliárias também participa no Capital Social da Companhia com o percentual de 0,49%. As operações realizadas foram demonstradas acima e se resumem basicamente a operações de mútuo.

10. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Saldos

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
-Participações em empresas controladas	64.915	72.395	81.292	89.381	0	0	0	0
- Outros investimentos	0	241	241	241	47	337	340	340
TOTAL	64.915	72.636	81.533	89.622	47	337	340	340

b) Posição Detalhada dos Investimentos

	% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	No PATRIMÔNIO LÍQUIDO				No RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	2018 a 2015	2018 a 2015	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
PARTICIPAÇÕES DIRETAS										
Lix Incorp. e Construções Ltda.	79,77	58.985	70.499	72.423	77.317	79.887	-1.924	-4.893	-2571	-1918
Lix Empreend. e Const. Ltda.	81,25	5.788	-5.596	-40	3.963	9.481	-5.556	-4.004	-5518	-2770
Pedralix S.A. Ind. e Com.	87,29	22.715	-13.393	-11261	-8715	-8011	-2.132	-2.546	-704	-3579
Lix Construções Ltda.	0,01	70.586	12	12	12	12	-1	-1	0	0
CBI Construções Ltda.	91,09	1.053	-36.399	-35.908	-35.603	-33.852	-492	-305	-1751	-553
							-10.105	-11.749	-10.544	-8.820
PARTICIPAÇÕES INDIRETAS										
CBI Industrial Ltda.	91,02	727	-518	-516	-513	-455	-1	-3	-59	-3
Lix Incorp. e Construções Ltda.	16,44	58.985	14.529	14.926	15.934	16.464	-396	-1008	-530	-395
Lix Empreend. e Construções Ltda.	16,37	5.788	-1.128	-8	798	1.910	-1.119	-807	-1112	-558
Lix Construções Ltda.	79,76	70.587	91.930	95.969	96.486	96.787	-4.039	-517	-301	-853

c) Controladas com Passivo a descoberto

As controladas CBI Construções Ltda., e CBI Industrial Ltda., Pedralix S.A. Indústria e Comércio e Lix Empreend. E Construções, apresentaram passivo a descoberto. Em decorrência desses fatos e da Administração considerar pertinente o eventual apoio financeiro para a cobertura do passivo a descoberto, foi constituída provisão para perdas em investimentos no passivo circulante, que em 2018 somavam R\$ 50.362 (2017 R\$ 47.169)

11. IMOBILIZADO

	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
Terrenos:	0	0	0	0	0	374	374	651	908
Edifícios e Benfeitorias:	4%	30	30	30	30	30	39	39	39
Máquinas e equipamentos	10%	5.019	5.019	5.019	5.019	5.249	5.249	7.294	7.294
Móveis e utensílios	10%	1.882	1.882	1.882	1.882	2.159	2.159	2.159	2.159
Veículos	20%	372	372	372	372	1.091	1.091	1.091	1.091
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20% a 35%	0	0	0	0	0	0	58	58
Outros	Diversas	612	612	612	612	1.074	1.091	1.091	1.091
TOTAL		7.915	7.915	7.915	7.915	9.977	10.003	12.383	12.640
Depreciações acumuladas		(7.647)	(7.647)	(7.647)	(7.647)	(9.290)	(9.281)	(10.327)	(10.127)
TOTAL		268	268	268	268	687	722	2.056	2.513

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia identificou alguns eventos que indicasse redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos portanto procedemos baixa dos valores históricos bem como da depreciação acumulada dos bens perecidos ou considerados obsoletos que não geram valor para a Companhia.

12. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os valores contabilizados a título de remuneração dos administradores durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, somaram R\$ 1.255. A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2016, aprovou, para o período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, a remuneração dos administradores limitada a R\$ 1.400. e para os conselheiros, limitada a R\$ 320. A companhia não tem nenhuma política de remuneração variável vigente.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

MODALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
- Capital de giro	CDI + 1,2% a.m.	0	0	0	0	3.521	1.949	1.779	1.779
- Leasing	6,25% a.a. + TJLP	0	0	0	0	0	303	418	383
TOTAL		0	0	0	0	3.521	2.252	2.197	2.162
Parcela circulante		0	0	0	0	3.521	2.128	2.083	2048
Parcela não circulante		-	-	-	-	-	124	114	114

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas de imóveis; (ii) aval de diretores e acionistas.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Obrigações Trabalhistas

A Companhia possui valores devidos a título de obrigações trabalhistas em atraso, assim como em discussão administrativa e judicial, cujos saldos atualizados monetariamente estão assim representados:

CONTAS	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
- Salários, honorários dos administradores, férias e outros	3.297	2.667	2.073	1.599	7.929	7.425	6.439	5.437
- INSS	1.423	1.380	824	776	4.021	3.782	4.506	4.112
- FGTS	18	37	35	22	106	460	437	346
- Contribuição Sindical	5	5	5	1	48	7	6	7
TOTAL	4.743	4.089	2.937	2.398	12.104	11.674	11.388	10.019

b) Obrigações Tributárias

A Companhia possui valores devidos a título de obrigações tributárias em atraso, assim como em discussão administrativa e judicial, cujos saldos atualizados monetariamente, estão assim representados:

CONTAS	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
- IRPJ / IRRF	743	632	507	346	1.661	1.982	1.687	1.200
- Pis	9	8	8	7	125	325	308	279
- Cofins	92	85	80	70	659	1.957	1.830	1.294
- ISS	23	0	0	0	0	493	0	348
- IPTU	0	0	0	0	25	2	0	12
TOTAL	867	725	595	423	2.470	4.759	3.825	3.133

c) Provisões para Contingências Legais

A Companhia é polo passivo em 791 processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado final dos processos judiciais. As provisões estão assim demonstradas:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2018	2017	2016	2015	2018	2017	2016	2015
Provisões contabilizadas	164.683	151.137	140.918	129.934	285.404	261.837	240.012	219.874
- Depósitos judiciais	(1.908)	(2.091)	(2.054)	(1.971)	(2.232)	(3.273)	(3.273)	(3.150)
- Provisões líquidas	162.775	149.046	138.864	127.963	283.172	258.564	236.739	216.724

As provisões contabilizadas referem-se a contestação em processos de natureza tributária, processos cíveis e trabalhista. As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia e, como base nas premissas que são informadas, são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas. Nesse sentido, também estão incluídos processos trabalhistas e previdenciários de contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-empregados em relação a questões salariais, tais como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais, horas extras e outros.

d) Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, civil e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como remota.

AÇÕES NAS ESFERAS:	31/12/2018	31/12/2017
Contingências Cíveis	38.340	35.112
Contingências Trabalhistas	106	331
Contingências Tributárias	31.911	29.961
TOTAL	70.357	65.404

15. FORNECEDORES

Os valores devidos a fornecedores que estão vinculados ao ativo circulante, foram analisados nas mesmas bases descritas na nota explicativa n.º 5, cujos saldos ajustados estão devidamente correspondidos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme Deliberação CVM n.º 550, de 17 de Outubro de 2008 e Instrução CVM n.º 475, de 17 de Dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas informam que não possuíam qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, a pagar e empréstimos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de Dezembro de 2018 se aproximam dos valores de mercado.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes, que de forma geral não tem garantias. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito e o direcionamento para a iniciativa privada, estando a carteira “ativa” de clientes reduzida em relação à iniciativa pública.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 11.993.407 ações sem valor nominal, sendo 6.104.107 ordinárias e 5.889.300 preferenciais, nominativas.

b) Dividendos

Em atendimento ao artigo n.º 189 da Lei n.º 6404/76 e alterações posteriores, o resultado do exercício foi compensado com prejuízos acumulados existentes, não resultando saldo para proposição de dividendos.

c) Reserva de Reavaliação

A parcela realizada no exercício, da reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores, proporcional à depreciação e baixas dos bens reavaliados do ativo permanente, foi transferida para prejuízos acumulados e em 31 de Dezembro de 2009 em R\$ 451. Os encargos tributários resultantes da reserva de reavaliação, são reconhecidos no exercício em que esta é realizada por depreciação ou baixa.

d) Destinação do resultado do exercício e dividendos

O Estatuto Social, artigo 42 e a Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias

correspondente a 25% do lucro líquido, do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou prejuízo líquido em suas demonstrações financeiras e por isso em 2019, a Administração da Companhia indicou à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que não fossem pagos dividendos.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, usuários e construções, pois a Administração considera a natureza e o grau de risco envolvido baixo, por estar com suas atividades operacionais paralisadas.

Moacir da Cunha Penteado
Presidente do Conselho de
Administração

Elias Abrão Ayek
Diretor Superintendente, Diretor
Financeiro e de Relações com Investidores

Jonadabe Jacson Caldas da Silva
Contador
CRC 1SP172033/O-2